



notícia **LEGAL**

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

GT entre PGE e Sefaz recupera R\$ 102 milhões

Um grupo de trabalho (GT), envolvendo a PGE e a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), vem obtendo êxitos em seu objetivo principal, que é o de ampliar a recuperação administrativa de créditos para o Estado. Um desses êxitos veio a partir de uma consulta encaminhada à PGE pela Sefaz, relativa à mudança de interpretação da Receita Federal sobre a base de cálculo



do valor do Pasep devido pelo Estado à União. Na ocasião, a demanda foi encaminhada ao procurador representante da PGE no GT, Henrique Rocha Fraga, que elaborou um parecer identificando valores pagos a maior, bem como uma solução para a recuperação destes valores aos cofres estaduais. “Conseguimos transformar em créditos para o Estado tudo que foi pago a mais no prazo prescricional dos últimos cinco anos, o que totalizou uma economia aproximada de R\$ 102 milhões no pagamento do Pasep para 2018. Tudo foi feito administrativamente, sem a necessidade de qualquer judicialização”, explicou Fraga, que também é mestre em Direito Tributário. Ainda segundo o procurador, o parecer foi apresentado e disponibilizado às Procuradorias de outros Estados durante reunião do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (Gefin), em Maceió (AL). Na ocasião, Henrique Rocha Fraga também foi empossado como presidente de um grupo técnico de procuradores do Confaz, responsável pela análise de assuntos e controvérsias jurídicas referentes a questões fiscais e financeiras.

CEI e ESPGE realizam evento sobre Lei Federal

No próximo dia 06/06, a partir das 14h, o Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) e a Escola Superior da PGE (ESPG) realizam, no auditório da PGE, um painel de debates sobre a Lei Federal nº 13.655/2018, que pretende introduzir um novo paradigma para as atividades de controle interno e externo da Administração Pública. Os painelistas convidados para falar sobre o tema são os procuradores Anderson Sant’Ana Pedra, Horácio Augusto Mendes de Souza e Péricles Ferreira de Almeida. Para mediar os debates está escalado o procurador Jasson Hibner Amaral.
